



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Secretaria de Vigilância em Saúde  
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador  
SCS, Quadra 4, Bloco A, 6º Andar, Ed. Principal  
70.304-000 Brasília-DF  
Tel. (61) 3213.8081 Fax. (61) 3213.8484

## **Relatório: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado do Rio Grande do Sul**

**Elaboração:**  
**Iara Campos Ervilha**  
Analista Técnica de Políticas Sociais  
Vigilância em Saúde de populações expostas a Agrotóxicos – Vigipeq  
Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental- CGVAM  
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador – SVS/MS.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	3
<b>Incidência de Intoxicações por Agrotóxicos</b> .....	5
<b>Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos</b> .....	7
<b>Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Rio Grande do Sul</b> .....	8
<b>Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano</b> .....	11
<b>Considerações finais</b> .....	12

## Introdução

O Brasil se destaca, desde 2008, como o maior consumidor mundial de agrotóxicos, respondendo por 19% do mercado. Em 2012, estudo da ANVISA e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná<sup>1</sup>, divulgado durante o 2º. Seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, mostra que a taxa de crescimento do mercado brasileiro de agrotóxicos, entre 2000 e 2010, foi de 190% contra 93% do mercado mundial. Em sete anos, a quantidade de agrotóxicos utilizada por área plantada no Brasil mais do que dobrou, passando de 7 kg por hectare em 2005 para mais de 18 kg por hectare em 2012, segundo dados do AGROFIT/MAPA<sup>2</sup> e IBGE<sup>3</sup>.

De modo semelhante ao comportamento nacional, e de acordo com a Tabela 1, observa-se no Rio Grande do Sul, apesar das oscilações entre 2007 e 2009, o crescimento da taxa de consumo de agrotóxicos sem aumento relativo na área plantada, tornando as ações de regulação e vigilância cada vez mais necessárias.

**Tabela 1:** Consumo de agrotóxicos por área plantada, Rio Grande do Sul, 2007 a 2012

Rio Grande do Sul	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Ingrediente ativo (kg)</b>	34.182.000	31.214.000	37.664.000	83.144.668	71.772.910	99.003.647
<b>Área Plantada (hectare)</b>	7.982.391	8.091.935	8.071.101	7.774.199	8.129.861	8.270.505
<b>Taxa de Consumo de Agrotóxico (kg/ha)</b>	4,28	3,86	4,67	10,69	8,83	11,97

**Fonte:** IBGE, SINDAG, AGROFIT.

A compreensão dos agrotóxicos enquanto relevante problema ambiental e de saúde pública vem crescendo em paralelo à ampliação de seu uso e das evidências dos impactos que podem causar. Diante do uso intenso e difuso dos agrotóxicos, é possível considerar que a maior parte da população está exposta de alguma forma. Os trabalhadores rurais são certamente os que entram em contato mais direto com estes produtos, e por maior tempo, seja nas empresas do agronegócio, na agricultura familiar e camponesa, seja nas fábricas onde são formulados, ou nas campanhas de saúde pública onde são utilizados. Um segundo grupo

<sup>1</sup> ANVISA; UFPR. Seminário de mercado de agrotóxico e regulação. Brasília: ANVISA. Acesso em: 11 de abril de 2012.

<sup>2</sup> AGROFIT/MAPA - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários do Ministério da Agricultura.

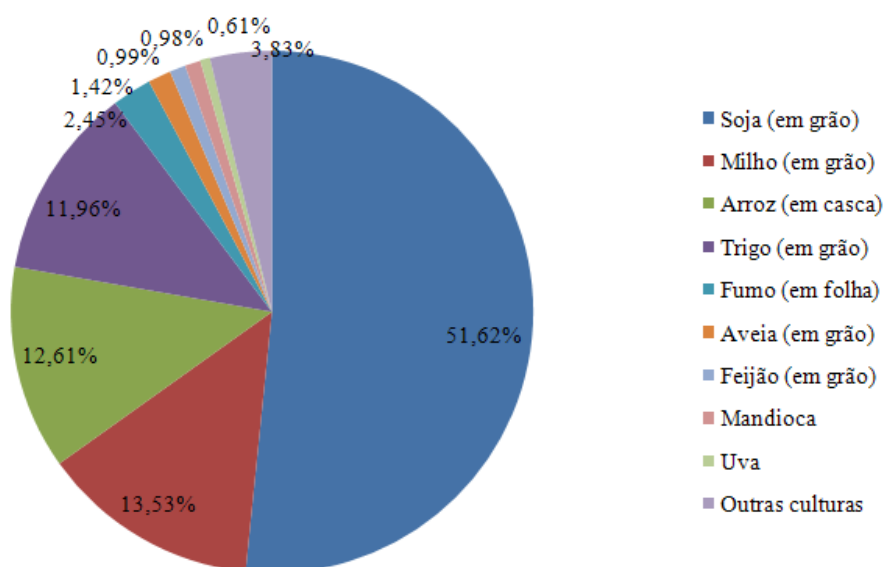
<sup>3</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

seriam as comunidades situadas em torno desses empreendimentos agrícolas ou industriais, onde comumente vivem as famílias dos trabalhadores, em áreas rurais ou urbanas. Um terceiro grupo seriam os consumidores de alimentos contaminados, em que está incluída praticamente toda a população<sup>4</sup>.

Resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que avaliou os níveis de agrotóxicos nos alimentos de origem vegetal, revelou amostras insatisfatórias, em aproximadamente 35% em 2011 e 43% em 2012<sup>5</sup> no estado.

Desta forma, cabe ao setor saúde estar atento à exposição ambiental e dos trabalhadores em toda a cadeia produtiva envolvendo os agrotóxicos, a fim de propiciar a estrutura necessária para monitoramento, vigilância e assistência da população exposta.

No ranking do Brasil, o Rio Grande do Sul situa-se como o 6º estado brasileiro maior consumidor de agrotóxicos, utilizando 99 milhões/kg de ingrediente ativo no ano de 2012, segundo dados do Agrofit. Os agrotóxicos são utilizados em grande escala no setor agropecuário especialmente nos sistemas de monocultivo em grandes extensões. Segundo dados do SINDAG<sup>6</sup>, as lavouras de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar representam 80% do total das vendas do setor no país em 2011. Na Figura 1, pode-se observar as principais culturas produzidas no estado, sendo a soja responsável por 51,62% da produção agrícola.



Fonte: SIDRA/IBGE (Safras, 2012).

**Figura 1:** Produção agrícola do Rio Grande do Sul, 2012.

<sup>4</sup> RIGOTTO, Raquel. [organizadora]. Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

<sup>5</sup> ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) – Relatório de Atividades de 2011 e 2012. 2013.

<sup>6</sup> SINDAG. Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas. Vendas de defensivos agrícolas são recordes e vão a US\$ 8,5 bi em 2011. Disponível em: [http://www.sindag.com.br/noticia.php?News\\_ID=2256](http://www.sindag.com.br/noticia.php?News_ID=2256), acessado em: 22/05/14

De acordo com o último Censo Agropecuário do IBGE<sup>7</sup> (2006), que recenseou 441.467 estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul, observou-se a predominância de 86% do cultivo de terra pela agricultura familiar, com cerca de 992.088 pessoas ocupadas, em especial, nas lavouras de mandioca, feijão e milho, resultando em 54% do Valor Bruto da Produção (VBP). O estado foi considerado como a 3ª unidade federativa com maior número de estabelecimentos familiares do país (8,7% do total).

Observa-se, em relação ao uso de agrotóxicos, a fragilidade da agricultura familiar. Devido às suas características socioeconômicas, esse grupo tende a ter menor acesso à tecnologia e à informação, o que pode resultar no aumento do uso de agrotóxicos na plantação, em comparação com os demais produtores. Além disso, sua exposição a essas substâncias tende a ser mais significativa, devido à ausência de técnicas de manejo adequadas e do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), entre outros.

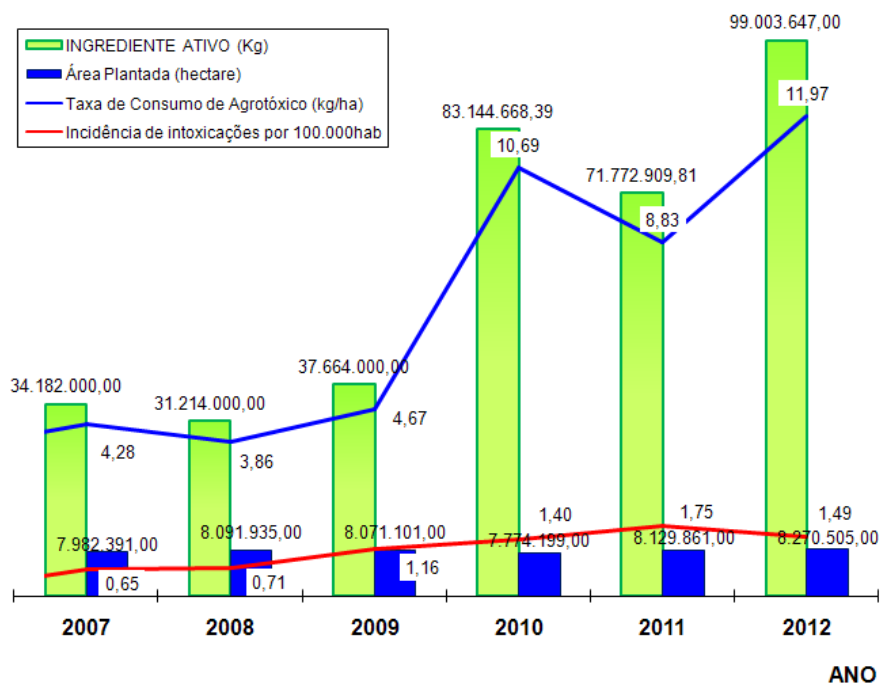
### **Incidência de Intoxicações por Agrotóxicos**

Segundo a Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014 (revoga Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011), a intoxicação por agrotóxicos faz parte da Lista de Notificação Compulsória (LNC) e deve ser notificada através da ficha de intoxicações exógenas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

No Rio Grande do Sul, a análise conjunta da evolução da área de produção agrícola, do consumo de agrotóxicos e da incidência das intoxicações, no mesmo período, revelou um pequeno aumento na área de plantio e um aumento de, aproximadamente, 2,8 vezes na taxa de consumo de agrotóxicos (Figura 2). Além disso, apesar da curva ascendente, variando de 0,65 para 1,49 casos por 100.000 habitantes, a incidência de intoxicações não acompanha a tendência de aumento de consumo de agrotóxicos.

---

<sup>7</sup> IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MPOG, 2009.

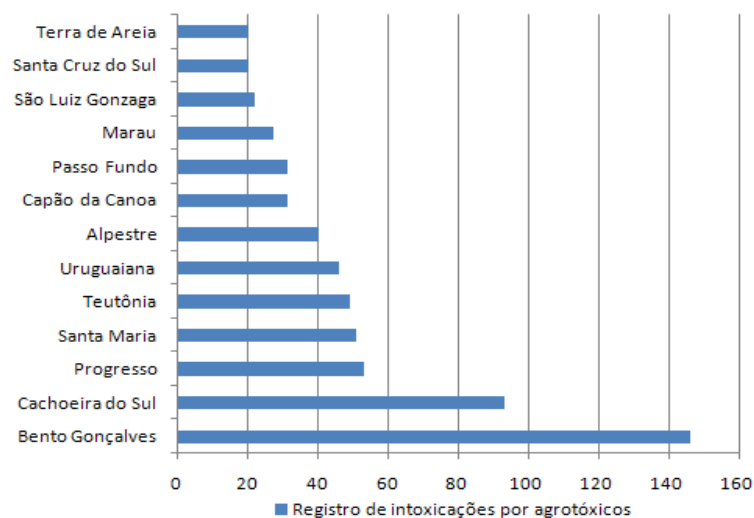


Fonte: SINAN\*, IBGE, AGROFIT. \*Os dados das intoxicações referentes ao ano de 2012 são parciais.

Figura 2: Consumo de agrotóxicos e intoxicações notificadas no SINAN, Rio Grande do Sul, 2007 a 2012\*.

Verifica-se, com a curva ascendente, que o processo de notificações no SINAN vem apresentando uma melhoria no estado, apesar da queda de registro em 2012, que pode estar relacionada à parcialidade dos dados. Entretanto, a subnotificação ainda é muito expressiva, devendo a Vigilância somar esforços para reverter esse quadro.

Do total de 497 municípios do estado, 122 (24%) municípios registraram casos de intoxicação no SINAN, entre 2006 a 2014. Entre os municípios que mais registraram notificações, destacam-se Bento Gonçalves (n=146) e Cachoeira do Sul (n=93), conforme Figura 3.



Fonte: SINAN. \*Os dados das intoxicações a partir do ano de 2012 são parciais. Consulta 05/2014.

Figura 3: Municípios que mais notificaram intoxicação por agrotóxicos no SINAN, Rio Grande do Sul - 2006 a 2014\*.

Ressalta-se que a notificação é ferramenta imprescindível à vigilância, por constituir um dos fatores desencadeadores do processo “informação/decisão/ação”, propiciando o monitoramento oportuno da saúde da população local e o suporte necessário para o planejamento, as decisões e as ações dos gestores nas três esferas (municipal, estadual e federal). Além disso, os registros podem ser feitos por qualquer profissional de saúde, bem como os responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e de ensino, o que amplia e facilita a possibilidade de notificação dos casos.

### **Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**

A Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos compreende um conjunto de ações integradas de prevenção, proteção e promoção da saúde, envolvendo todos os agentes do Sistema Único de Saúde (SUS): gestores, profissionais de saúde e controle social.

Visando fomentar o fortalecimento dessa Vigilância, em 21 de dezembro de 2012, foi publicada a Portaria GM/MS nº 2.938, que autorizou o repasse de R\$ 22.700.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos mil reais) do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal. Para a normatização técnica, com o objetivo de traçar diretrizes para a implementação da Vigilância e auxiliar os Estados na construção de Planos Estaduais de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, foi elaborado e pactuado em reunião do Grupo de Trabalho de Vigilância em Saúde (GTVS) o documento “Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos”. A Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM), do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), vem acompanhando e monitorando as estratégias estaduais, desde então.

Até o início de 2014, das 27 unidades da federação, 24 elaboraram as Propostas de Vigilância em Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos e 18 pactuaram suas propostas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB). Esses estados elaboraram diagnóstico situacional visando traçar o perfil da produção agrícola, consumo de agrotóxicos e identificação de populações expostas a essa classe de contaminantes. A partir dos diagnósticos e utilizando critérios como área plantada por cultura, número de notificações de intoxicação exógenas no SINAN, entre outros, a maior parte dos estados priorizaram municípios para a realização de projeto piloto.

Em relação aos Planos Estaduais, a maioria propôs ações de capacitações de profissionais do setor saúde, para aumento e qualificação das notificações de intoxicações exógenas no SINAN. Observa-se ainda, o investimento em estratégias de educação em saúde, com ações direcionadas a trabalhadores (as) rurais e a população em geral e elaboração de materiais educativos. Outra ação citada pela maioria dos estados é a intensificação do monitoramento da qualidade da água para consumo humano, haja vista a importância dos meios hídricos para a disseminação de agrotóxicos e a contaminação de trabalhadores, suas famílias e regiões próximas ao uso, armazenamento e descarte desses produtos. Alguns estados investiram parte dos recursos na compra de equipamentos e insumos para instrumentalizar a Vigilância em Saúde Ambiental.

### **Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Rio Grande do Sul**

Conforme disposto na Portaria GM/MS nº 2.938/2012, a transferência de R\$900.000,00 (novecentos mil reais) ao Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul ocorreu de forma automática e em parcela única. Em face disso, a Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde - CGVAM recomendou ao estado que elaborasse sua proposta de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, inspirada no “Instrutivo Operacional de Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos”, e a submetesse à Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

O “*Programa Estadual de Vigilância em Saúde Relacionado a Exposição e/ou Uso dos Agrotóxicos, no Rio Grande do Sul*” foi elaborado pelo Grupo Técnico, composto por representantes da Divisão de Vigilância Ambiental em Saúde, Divisão de Vigilância Epidemiológica, Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador, Divisão de Vigilância Sanitária, do Centro Estadual de Vigilância em Saúde – CEVS, além do LACEN e CIT. O documento define 7 eixos de intervenção, com ações e atividades prioritárias, e as respectivas estratégias para viabilizar sua execução. O Programa tem como objetivo principal estruturar as ações de Vigilância em Saúde de populações expostas aos agrotóxicos e como objetivos específicos: (1) Conhecer a totalidade dos casos de intoxicações agudas por agrotóxicos; (2) Identificar os casos de intoxicações crônicas por agrotóxicos; (3) Monitorar a existência e identificar os níveis de resíduos de agrotóxico em água, com base no uso agrícola do solo, em cada bacia hidrográfica, sazonalmente; (4) Monitorar a presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos, com base na identificação do uso real em cada cultura; (5) Estabelecer ações educativas e de proteção do trabalhador rural quanto ao uso de agrotóxicos; (6) Contribuir



para a construção de um sistema de monitoramento e controle de riscos e agravos à saúde decorrentes do uso de agrotóxicos.

Com base no tópico III, item 2 do “*Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*”, que define as ações mínimas para a Vigilância, foi analisado o alinhamento entre as atribuições definidas pelo Programa Estadual e as sugestões descritas no Instrutivo, conforme a Tabela 2. Observa-se que foram contemplados todos os eixos contidos no documento.

**Tabela 2:** Análise das atribuições do Programa Estadual, conforme as ações mínimas de Vigilância previstas pelo *Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*.

Ações Mínimas (tópico III, Item 2 do Instrutivo)	Contemplado pelo Programa Estadual
Medidas de controle e vigilância em saúde no que se refere à produção, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização e utilização e destinação final de agrotóxicos.	Sim
Caracterização e cadastramento de grupos populacionais em situação de exposição ocupacional ou ambiental a agrotóxicos.	Sim
Vigilância dos ambientes e processos de trabalho.	Sim
Monitoramento de resíduos de agrotóxicos em água para consumo humano e em outras matrizes de interesse da saúde.	Sim
Alimentação, monitoramento e análise dos dados dos sistemas de informação com regularidade.	Sim
Promoção de estratégias de educação permanente dos profissionais de saúde.	Sim
Informação e comunicação de risco à saúde.	Sim

Para viabilizar a execução do Programa e potencializar o uso de recurso repassado pelo Ministério da Saúde, foi aprovado na CIB do estado, em 24 de maio de 2013 (Resolução CIB nº 191/2013), a “*Proposta de Investimento do Recurso autorizado pela Portaria 2938/12 para o fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no RS*”. Nessa proposta são apresentados 6 objetos, especificando suas finalidades e valores de recurso a serem gastos.

Em janeiro e abril de 2014, a CGVAM solicitou informações a respeito da execução da Proposta de Investimento à Divisão de Vigilância Ambiental em Saúde do Centro Estadual de Vigilância em Saúde - CEVS, conforme Quadro 1.

**Quadro 1:** Execução da “Proposta de Investimento do Recurso autorizado pela Portaria 2938/12 para o fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no RS”

Objeto	Status
<b>Análise Laboratorial de Colinesterase Eritrocitária</b>	
Implementar ensaio laboratorial para a dosagem da colinesterase eritrocitária (LACEN), como parâmetros para controle biológico da exposição aos organofosforados e carbamatos.	Executada
<b>Material Educativo</b>	
Confecção de cartilhas, cartazes e material informativo, para distribuição nas unidades de atendimento	Executada
<b>Análise de Resíduos de Agrotóxicos na Água de Consumo Humano</b>	
Realizar a vigilância da qualidade da água dos parâmetros de agrotóxicos da Portaria MS (2914/11) e, dos novos parâmetros propostos no RS	Em andamento
<b>Realizar Estudos Epidemiológicos da Incidência de Agravos por Agrotóxicos</b>	
Contratar consultoria para a realização de estudos epidemiológicos, que permita dimensionar e caracterizar a exposição dos trabalhadores rurais aos agrotóxicos (estudo um) e, estudos para caracterizar a exposição ambiental aos agrotóxicos (estudo dois)	Em andamento
<b>Consulta Pública e Evento de Lançamento da Proposta de Novos Parâmetros para Agrotóxicos a serem Monitorados na Água de Consumo Humano no RS</b>	
Realização de consulta pública para proposta de novos parâmetros a serem monitorados na água de consumo humano e evento de lançamento nova portaria	Executada
<b>Educação Continuada (Seminários, Oficinas e Capacitações)</b>	
Realizar atividades para os profissionais da assistência e de vigilância em saúde com objetivo de qualificar o diagnóstico, a vigilância, a notificação e assistência aos expostos aos agrotóxicos	Executada
<b>Total: 67% das ações executadas e 33% das ações em andamento</b>	

Fonte: Relatório do Centro Estadual de Vigilância em Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Data: 01/2014.

Em abril de 2014, o CVES encaminhou relatório com informações a respeito da execução de ações gerais de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Rio Grande do Sul, que correspondem ao exposto no Quadro 2.

**Quadro 2:** Ações Intra e Intersetoriais na Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos

Atividades Desenvolvidas
Contratação de Serviço de Pesquisa em Epidemiologia com o objetivo geral de conhecer a incidência da intoxicação aguda dos trabalhadores rurais por agrotóxicos no RS.
Estímulo à notificação dos casos no SINAN de exposição aos agrotóxicos atendidos no Centro de Informação Toxicológica – CIT.
Lançamento e divulgação da Portaria Gaúcha SES 320/2014, que estabelece parâmetros adicionais de agrotóxicos ao padrão de potabilidade para substâncias químicas, no controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano.
Contratação de laboratório para realização de 100 amostras de água dos parâmetros estabelecidos na Portaria Gaúcha que estabelece parâmetros adicionais de agrotóxicos ao padrão de potabilidade para substâncias químicas, no controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano no RS.
Realização de seminário para trabalhadores de saúde (agentes comunitários de saúde, agentes do PIM e agentes de endemias), promovido pela 14ª Regional de Saúde e o CEVS.
Aquisição de equipamento para análise laboratorial Colinesterase Eritrocitária para o LACEN, para controle biológico da exposição aos organofosforados e carbamatos.
Celebração do Termo de Ajustamento de Conduta entre a Central de abastecimento (CEASA), Vigilância Estadual (CEVS) e municipal de Porto Alegre (CGVS), o Laboratório Central (LACEN) e CREA-RS, para coleta e monitoramento de amostras mensais de hortifrutigranjeiros e análise de resíduos de agrotóxicos.

**Quadro 2:** Ações Intra e Intersetoriais na Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (continuação).

Atividades Desenvolvidas
Participação do CEVS como representante da Comissão Técnica Estadual de Análise do Cadastro de Agrotóxicos e Afins que realiza a análise para o Cadastro e avaliação dos agrotóxicos a serem comercializados. A comissão é regulamentada pela lei 7.747, de 22 de dezembro 1982, Decreto nº 32.854, de 27 de maio de 1988, e Decreto nº 42.028, de 18 de dezembro de 2002.
Participação da Vigilância Ambiental, Saúde do Trabalhador e Vigilância Sanitária no Fórum Gaúcho de Combate ao Impacto do Uso dos Agrotóxicos.
Elaboração de cartilha educativa sobre agrotóxicos e agroecologia.

**Fonte:** Relatório do Centro Estadual de Vigilância em Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Data: 04/2014.

## Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano

A Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano consiste no conjunto de ações adotadas continuamente para garantir que a água consumida pela população atenda ao padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, bem como avaliar e prevenir os possíveis riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água podem representar à população abastecida, abrangendo todo o sistema de produção de água potável.

O monitoramento dessa qualidade envolve procedimento programado de amostragem, mensuração e subsequente registro de diversas características da água, com vistas à avaliação da conformidade da água ao uso pretendido. O Plano de Monitoramento de Agrotóxicos permite considerar as especificidades locais e, por conseguinte, priorizar municípios com maior probabilidade de ocorrência de agrotóxicos na água de consumo humano. Os parâmetros, número de amostras e frequência de monitoramento estão descritos no documento “Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano”, revisado e publicado em fevereiro de 2014.

Com relação a Vigilância da Qualidade da Água do Rio Grande do Sul, segundo o último “Boletim Epidemiológico – Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano no Brasil, 2011/2012”, 1 município foi monitorado em 2012, representando 0,2% do total de municípios do estado, sendo realizada 1 análise, estando-a dentro do padrão. O referido Boletim também registrou dados do Responsável pelo Abastecimento de Água (Controle), sendo monitorados 6 municípios (1,2%), apresentando todas as amostras dentro do padrão.

No que se refere ao ano de 2013, também foi observada a ausência de monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano, segundo o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), podendo não ter sido realizadas amostras ou não informado no Sistema. Ressalta-se a importância de apoiar os

municípios para alimentação do Sisagua, visto que este é uma importante ferramenta para planejamento e operacionalização das ações de vigilância.

Para o ano de 2014, apesar da informação de contratação de laboratório para realização de amostras de água dos parâmetros estabelecidos na Portaria Gaúcha no relatório enviado pelo CVES em abril, não foi encaminhado à CGVAM o Plano de Amostragem. Nesse sentido, sugere-se o envio do referido Plano para acompanhamento das ações relacionadas.

### **Considerações finais**

A CGVAM reconhece e parabeniza a Secretaria de Estado de Saúde do Rio Grande do Sul pelo empenho nas atividades voltadas para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, refletido nas ações propostas já executadas e iniciadas no estado. Ressalta-se que o Rio Grande do Sul é o único estado que possui uma Portaria estabelecendo parâmetros adicionais de agrotóxicos ao padrão de potabilidade para substâncias químicas, no controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano.

A proposta do estado destaca-se por abranger ações em todos os eixos sugeridos no Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos; pela constituição de grupo técnico, envolvendo ações de ampla parceria com órgãos intrasetoriais; pela capacitação dos profissionais de saúde visando o fortalecimento da vigilância e melhoria dos sistemas de informação em saúde; e pela elaboração de cartilha sobre agrotóxicos e agroecologia; além da participação na Comissão Técnica Estadual de Análise do Cadastro de Agrotóxicos e Afins e no Fórum Gaúcho de Combate ao Impacto do Uso dos Agrotóxicos, enriquecendo as relações intersetoriais.

Espera-se que com a estruturação do Programa Estadual e a continuidade das ações, possa haver a reversão do quadro de subnotificações no Rio Grande do Sul, que ainda se encontra expressivo. Cabe à Vigilância em Saúde estar atenta e desenvolver estratégias com o intuito de aprimorar a sensibilidade para identificar essas intoxicações, como ações de capacitação de profissionais de saúde e maior integração com a atenção básica.

Sugere-se ainda a priorização e envolvimento de municípios na construção e implantação das ações. Em reunião recente do Grupo Técnico de Vigilância em Saúde da Comissão Intergestores Tripartite (GTVS-CIT), discutiu-se a importância de todos os estados buscarem definir estratégias para ampliar a participação dos municípios, a fim de possibilitar

a implantação efetiva da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, a partir da sensibilização dos gestores locais quanto a problemática das intoxicações por agrotóxicos.

Por fim, há de se observar a autonomia administrativa do estado, de modo que os aspectos abordados neste documento são apenas sugestões para a consolidação e o aprimoramento das estratégias de Vigilância em Saúde.